



Congresso de Administração,
Contabilidade, Economia
e Sustentabilidade

UMA INTRODUÇÃO AO DECRESCIMENTO ECONÔMICO: ALTERNATIVA OU UTOPIA?

Rodrigo Maicon de Assis Silva - Graduando em Ciências Econômicas (PUC Minas)

rodrigopiece27@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de contextualizar a atual crise ecológica mundial e iniciar um debate sobre a teoria do decrescimento econômico, apontando seus pilares e fundamentos e trazendo-a para o debate público, uma teoria que até então é considerada radical por alguns e a solução para outros. O artigo busca apresentar algumas críticas ao conceito de decrescimento e, ao final, não chega a uma conclusão definitiva sobre sua viabilidade nos dias atuais. No entanto, destaca-o como uma alternativa digna de maior consideração daqui em diante. Por fim, estabelece uma conexão entre o princípio do decrescimento e os princípios econômicos propostos pela Economia de Francisco e Clara.

Palavras-chave: decrescimento, economia-ecológica, sustentabilidade, economia de Francisco e Clara.

Patrocínio:



Apoio:



Realização:



1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, é necessário começarmos nossa discussão sobre o decrescimento entendendo o conceito de crescimento. Ao longo da história dos países, um dos indicadores para a avaliação de desempenho econômico é o PIB (Produto Interno Bruto): quanto maior a produção de bens e serviços em um país, maior é o PIB. Para a economia convencional, o aumento do PIB é sinônimo de bem-estar geral¹, pois com o crescimento da economia e aumento da renda a população tende a ter maior acesso a bens de consumo.

O PIB, ao computar diversos elementos como a construção de hospitais, escolas e moradias, não leva em conta a destruição e poluição dos recursos naturais causadas pelo nosso sistema econômico em expansão, como apontado pelo professor de economia ecológica Kai Heron e pela professora de sociologia Lauren Eastwood (2024). Sendo assim, de acordo com Heron e Eastwood (2024), para manter o PIB em crescimento é necessário que continuemos extraindo recursos e fazendo com que estes circulem pela economia, o que a longo prazo não é sustentável. É nesse contexto que entra a ideia de decrescimento.

O termo “decrescimento” foi usado pela primeira vez pelo filósofo francês André Gorz em um debate promovido pelo *Nouvel Observateur* n.º 397 de 19 de junho de 1972. De acordo com Duvenger (2020), nesse debate, Gorz questiona a relação entre crescimento e capitalismo. Para Leonardi (2019), Gorz discute o seguinte dilema: poderia o capitalismo moderno cuidar da crise ecológica, ou a crise criaria uma tensão perpetua entre o modo de produção capitalista e o meio ambiente? “*l'équilibre global, dont la non-croissance – sinon la décroissance – de la production matérielle est une condition, cet équilibre global est-il compatible avec la survie du système?*”². (GORZ, 1972 APUD LEONARDI, 2019).

Ainda em 1972 o debate sobre o limite para o crescimento econômico ganha força com acadêmicos do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) através da publicação do relatório “*The Limits to Growth*”³. O relatório estudou, através de simulações computacionais, a capacidade de crescimento da economia – dada a oferta finita de recursos naturais – e chegou a conclusões preocupantes.

O relatório chega a 3 conclusões principais, de acordo com Meadows et al (1972, p. 23, tradução nossa), que são as seguintes:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, da industrialização, da poluição, da produção alimentar e do esgotamento dos recursos continuarem inalteradas, os limites do crescimento neste planeta serão alcançados alguns nos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio bastante repentino e incontrolável tanto na população como na capacidade industrial;

2. É possível alterar estas tendências de crescimento e estabelecer uma condição de estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável no futuro. O estado de equilíbrio global poderia ser concebido de modo que as necessidades materiais básicas

¹ Ver Mankiw (2009, p. 512)

² Em português, tradução livre: “o equilíbrio global, do qual o não crescimento – se não a diminuição – da produção material é uma condição, será esse equilíbrio global compatível com a sobrevivência do sistema?”

³ Em português, tradução livre: “Os Limites do Crescimento”.

de cada pessoa na Terra fossem satisfeitas e cada pessoa tivesse oportunidades iguais de realizar o seu potencial humano individual;

3. Se a população mundial decidir lutar por este segundo resultado em vez do primeiro, quanto mais cedo começarem a trabalhar para o alcançar, maiores serão as suas probabilidades de sucesso.

Entretanto, em março de 1972 a revista *Nature* publicou um artigo chamado “*Another Whiff of Doomsday*”, criticando o relatório, ao chama-lo de “mais um sobro de juízo final” de modo a menosprezar os resultados obtidos pelos pesquisadores do MIT, no artigo a *Nature* diz que o relatório só viria a causar uma “uma onda de ansiedade pública relativa as décadas que se avizinham”.

Todavia, o debate sobre decrescimento só voltaria à cena atualmente. Um artigo de 2021 da própria revista *Nature*, intitulado “*1.5 °C degrowth scenarios suggest the need for new mitigation pathways*”⁴, debate possíveis cenários de decrescimento, que mitigariam a possibilidade de a temperatura global média vir a aumentar em 1,5 grau celsius durante o século XXI. O artigo foi motivado pelo relatório do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) de 2018, que fala sobre os impactos do aquecimento global de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. De acordo com os autores, o IPCC conduziu sua modelagem sem levar em consideração cenários de decrescimento, focando apenas em cenários de mudanças tecnológicas. Isso leva os autores à seguinte conclusão:

É evidente que o decrescimento não seria uma solução fácil, mas, como indicado pelos nossos resultados, minimizaria substancialmente muitos riscos importantes para a viabilidade e a sustentabilidade em comparação com os caminhos estabelecidos e impulsionados pela tecnologia. Portanto, deve ser considerado e debatido de forma tão ampla e exaustiva como o são os caminhos impulsionados pela tecnologia, comparativamente arriscados. (KEYBER E LEZEN, 2021, tradução nossa).

O artigo parece ter tido impacto significativo, visto que em 2022 o IPCC incorporou o tema do “decrescimento” em seu relatório “*Mitigation of Climate Change*”. Parrique (2022) considera que a inserção do termo e de bibliografias sobre o decrescimento no relatório do IPCC é um marco histórico no que diz respeito ao debate sobre políticas climáticas.

Por fim, atualmente ainda não conseguimos observar experiências de decrescimento. O que tem sido observado é o que alguns chamam de “desacoplamento”⁵, que consiste na ideia de que é possível dissociar o crescimento (geralmente dado pelo aumento do PIB) do uso de matérias primas e das emissões de gases de efeito estufa (GEE). De acordo com Warlenius (2023), alguns países com economias avançadas têm conseguido isso em certa medida por meio

⁴ Em português “Cenários de decrescimento de 1,5°C sugerem a necessidade de novos caminhos de mitigação”.

⁵ Teoria está que é criticada por defensores do decrescimento, por não acreditarem ser possível uma “dissociação absoluta”, i.e, no longo prazo o desacoplamento não seria efetivo. Além do que, o desacoplamento só seria efetivo no âmbito da redução de CO2, não levando em conta a degradação ecológica e perda da biodiversidade. (Parrique et al, 2019).

da adoção de novas tecnologias e fontes renováveis de energia. Exemplos disso são a Dinamarca e Alemanha. Segundo o Banco Mundial, entre 2000 e 2019 a Dinamarca aumentou seu PIB em 16%, enquanto reduziu suas emissões de CO₂ em 35%; já a Alemanha aumentou seu PIB em 26% e reduziu suas emissões em 24%. (WORLD BANK GROUP, 2020).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O termo "decrescimento" pode parecer estranho à primeira vista, já que sugere uma regressão ou retorno ao passado. No entanto, o conceito não se trata exatamente disso, como exploraremos neste tópico. Na introdução vimos a origem do termo “decrescimento” e seu contexto atual, agora daremos seguimento aos seus fundamentos.

Segundo Gaya Herrington (2023), a economia ecológica como um todo, parte de uma premissa muito básica e lógica “não podemos crescer infinitamente em um mundo finito”, isto é, a lógica básica de crescimento infinita imposta pelo modo de produção capitalista se encontra em xeque, haja vista que, o objetivo final do capitalismo é a maximização da produção de mercadorias visando ao lucro (ANDRIOLI, 2007).

O termo decrescimento nasce com Andre Gorz, mas a ideia por si só ficou mais conhecida quando Nicholas Georgescu-Roegen, um economista e matemático teve um ensaio intitulado “Decrecimento: Entropia, ecologia, economia⁶” traduzido para o francês em 1979. Segundo Heron e Eastwood (2024) o trabalho de Georgescu influenciou toda uma nova geração de economistas e deu início a subdisciplina hoje conhecida como economia ecológica, consolidando o decrescimento como um tema digno de investigação.

Em seus trabalhos, Georgescu traz elementos da termodinâmica para o campo da economia. Em seu livro “*The Entropy Law and the Economic Process*”, publicado em 1971, o autor já argumentava que toda atividade econômica tem caráter entrópico, i.e, quanto maior for a variação de entropia de um sistema termodinâmico, maior será sua desordem, logo, menos energia estará disponível para ser utilizada (RESNICK, HALLIDAY E WALKER, 2009, p. 249). Nesse sentido, o processo econômico era basicamente um processo biofísico, pois convertia formas de energia e matéria disponíveis em formas indisponíveis num sistema fechado (HERON E EASTWOOD, 2024). Dessa forma, isso mostra a finitude da nossa economia, estabelecendo um limite físico de crescimento.

É com base nisso que o decrescimento se sustenta e reclama aos governantes políticas que revisem o PIB como indicador econômico, tendo como colaboradores dessa ideia cientistas e membros da sociedade civil como um todo. O antropólogo Jason Hickel, em seu livro “*Less is More: how degrowth will save the world*” de 2020, nos diz que a ciência mais uma vez está sendo deixada de escanteio e os cientistas não estão sendo ouvidos pelos “*police makers*” Hickel diz que:

Em 2018, 238 cientistas apelaram à Comissão Europeia para que abandonasse o crescimento do PIB e se concentrasse no bem-estar humano e na estabilidade ecológica. No ano seguinte, mais de 11.000 cientistas de mais de 150 países publicaram um artigo apelando aos governos de todo o mundo para “passarem da busca pelo crescimento do PIB e da riqueza para a sustentabilidade dos ecossistemas

⁶ Tradução livre de “La décroissance: Entropie, écologie, économie”.

e a melhoria do bem-estar”. anos atrás, mas agora há um novo e impressionante consenso se formando. (HICKEL, 2020, p. 33, tradução nossa).

Dessa forma, com esse argumento, Hickel deseja nos mostrar que o decrescimento parece ser a única saída cientificamente viável, sugerindo um consenso em formação em torno dessa teoria.

O autor ainda sugere que o decrescimento não é algo tão negativo ou impossível de ser alcançado. Para ele, países de alto rendimento atingem um ponto de inflexão onde a relação entre PIB e bem-estar deixa de ser verdadeira. E a solução para “[...] manter o aquecimento global abaixo dos 1,5°C, ou mesmo dos 2°C, é os países de rendimento elevado abrandarem ativamente o ritmo louco de extração, produção e resíduos”. (HICKEL, 2020, p. 34).

Outro conceito interessante que o autor expõe é que, na realidade, não é o crescimento em si que importa, mas como os recursos são alocados:

Consideremos o seguinte: nos últimos 40 anos, 28% de todos os novos rendimentos provenientes do crescimento do PIB global foram para o 1% mais rico (todos eles milionários). Isso é surpreendente, quando você pensa sobre isso. Significa que quase um terço de todo o trabalho que prestamos, de todos os recursos que extraímos e de todo o CO₂ que emitimos ao longo do último meio século foi feito para tornar as pessoas ricas mais ricas. (HICKEL, 2020, p. 34, tradução nossa).

Esse trecho faz coro com o que foi dito pelo filósofo Andre Gorz, pois, afinal, bastaria apenas um tipo mais forte de regulação do modo de produção capitalista ou seria inevitável o seu abandono para salvar o mundo? Ao explorar essas estatísticas, Hickel define o que é decrescimento, segundo ele:

A redução da utilização de recursos elimina a pressão sobre os ecossistemas e dá à teia da vida uma oportunidade de se recompor, ao mesmo tempo que a redução da utilização de energia torna muito mais fácil para nós realizar uma transição rápida para as energias renováveis antes que pontos de ruptura perigosos comecem a ocorrer em cascata. Isto é chamado de “decrescimento” – uma redução planejada da utilização de energia e de recursos para trazer a economia de volta ao equilíbrio com o mundo vivo de uma forma segura, justa e equitativa. (ibidem)

Para Parrique (2023), o decrescimento pode ser definido como uma política ecológica utilizada “para prever uma redução democraticamente planejada da produção e do consumo em regiões ricas do mundo como um meio de evitar o colapso ecológico, diminuir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida”. (PARRIQUE, 2023, p. 1113, tradução nossa).

Parrique (2023) tenta responder aos paradigmas que cercam o decrescimento, dividindo-o em quatro categorias de análise: uma dieta macroeconômica que poupa recursos, a abolição da riqueza extrema, um redirecionamento das atividades econômicas para necessidades concretas e uma descentralização do poder.

1. Dieta macroeconômica: Parrique (2023) propõe um decrescimento na dimensão material da economia. “Se a economia obedecer às leis da física, incluindo as da termodinâmica, então a busca pelo crescimento infinito num planeta finito é uma busca delirante”. (PARRIQUE, 2023, p. 1114, tradução nossa).

Segundo o autor, após atingir um certo tamanho, o metabolismo biofísico da economia começa a esgotar os recursos disponíveis ou excede a capacidade de regeneração dos ecossistemas. Portanto, ele considera os atuais sistemas macroeconômicos dos países de alto rendimento como "obesos" e sugere que eles precisariam passar por uma dieta que visa à redução das atividades econômicas.

2. A abolição da riqueza extrema: nessa característica Parrique (2023, p. 1114) exalta o fato de que são os capitalistas e países de alto rendimento que mais consomem e usufruem dos recursos extraídos de nosso planeta, logo, é necessário que a diminuição do uso de recursos se dê de maneira desigual, i.e, quem deve decrescer mais e mais rapidamente são os países de alto rendimento para que deem espaço para os países do sul global se expandirem e consigam dessa forma diminuir a diferença de desigualdades entre países e indivíduos buscando a justiça social e global.
3. Foco nas necessidades e no bem-estar: De acordo com o autor, o rendimento (crescimento do PIB per capita) “correlaciona-se com as medidas de qualidade de vida apenas até certo ponto, após o qual a correlação desaparece, deixando que outros fatores como a saúde, a educação e o convívio afetem o bem-estar”. (PARRIQUE, 2023, p. 1115).

Ultrapassados esses limites o crescimento pode se tornar um problema, criando mais problemas do que resolve, por exemplo, sob a forma de longas horas de trabalho em empregos estressantes ou ansiedade ligada a uma competição posicional por status.

Em vez de ficarem obcecadas com o dinheiro, as velhas economias capitalistas deveriam ser reaproveitadas para servir novas funções, como a satisfação de necessidades, a preservação da saúde socioecológica e a busca da felicidade. Nesse espírito, o decrescimento visa dissociar o bem-estar humano do crescimento econômico ou, por outras palavras, permitir diferentes formas de “prosperidade sem crescimento” (Jackson, 2017). (JACKSON, 2017 APUD PARRIQUE, 2023, P. 1115, tradução nossa).

4. Uma descentralização do poder: nesta última categoria o autor propõe uma maior descentralização do poder de decisão na sociedade:

Se a insustentabilidade da situação atual é o resultado de assimetrias de poder na tomada de decisões, trazer mais partes interessadas à mesa é uma forma de prevenir situações de exploração, assegurando ao mesmo tempo que as atividades econômicas beneficiam o bem comum. Um dos cânones do decrescimento é que a democracia directa ao nível micro da aldeia e da empresa, juntamente com a democracia representativa ao nível da cidade, da região e do estado, é uma pré-condição para a sustentabilidade, a justiça e o bem-estar. (PARRIQUE, 2023, P. 1115, tradução nossa).

Entretanto, “decrescer” não significa abandonarmos todas nossas tecnologias e fecharmos de um dia para o outro todas as fábricas e voltarmos a viver como homens da caverna. Na realidade o decrescimento pretende atuar como uma bússola do que deve ser “decrescido”, de acordo com Hickel (2020) podemos escolher quais setores crescer:

[...] (sectores como energia limpa, cuidados de saúde públicos, serviços essenciais, agricultura regenerativa – você escolhe) e quais sectores precisam decrescer radicalmente (coisas como combustíveis fósseis, jatos privados, armas e SUVs). Também podemos reduzir as partes da economia que são concebidas exclusivamente para maximizar os lucros e não para satisfazer as necessidades humanas, como a obsolescência planejada, em que os produtos são feitos para se decomporem após um curto período de tempo, ou estratégias publicitárias destinadas a manipular as nossas emoções e fazer com que sintamos que o que temos é inadequado. À medida que libertamos as pessoas do trabalho árduo desnecessário, podemos encurtar a semana de trabalho para manter o pleno emprego, distribuir o rendimento e a riqueza de forma mais justa e investir em bens públicos como cuidados de saúde universais, educação e habitação a preços acessíveis. (ibidem)

O autor enfatiza que o decrescimento não consiste simplesmente na queda do PIB (embora isso possa ocorrer em uma economia que dependa exclusivamente do crescimento), mas sim em uma mudança radical na estrutura econômica. Ele propõe uma subversão de toda a economia convencional, incluindo o sistema de dívida e o sistema bancário, com o objetivo de "libertar as pessoas, as empresas, os Estados e até mesmo a inovação das restrições sufocantes do imperativo do crescimento, permitindo que se concentrem em objetivos mais elevados" (HICKEL, 2020, p. 35, tradução nossa).

Sendo assim, Parrique (2023, p. 1115, tradução nossa) propõe compreender o decrescimento como uma “contra-ideologia”, uma teoria de estranhamento que visa a mostrar que o que muitas vezes é considerado normal e universal (a procura do crescimento) “é na verdade uma construção social recente que é ao mesmo tempo injusta e insustentável”.

Por fim, Parrique (2023) pondera que essa maneira de pensar pós-capitalista já agrega várias ideias existentes, como:

[...] bens comuns para a governação, agroecologia, cooperativas, redes recíprocas de cuidados, indicadores alternativos de prosperidade, tecnologias de convívio low-techs, práticas de simplicidade voluntária, procedimentos para a democracia participativa, moedas para fins especiais, entre uma série de outras instituições que,

se interligadas, poderiam formar um sistema econômico alternativo. (PARRIQUE ET AL, 2019 APUD PARRIQUE, 2023 P. 1116, tradução nossa).

Podemos concluir, portanto, que o decrescimento não se limita a uma única teoria, mas representa, assim, um arcabouço teórico que reúne diversas ideias e áreas do conhecimento.

As críticas ao decrescimento se apresentam de maneira lógica ao se ler sobre a teoria, será mesmo que adotar tal teoria não irá diminuir o PIB radicalmente? Avanços tecnológicos seriam perdidos? Como sabemos, alguns dos aspectos de nossa sociedade moderna relativos ao bem-estar estão relacionados a um alto nível do PIB per capita, como baixa mortalidade infantil e alta expectativa de vida. (OUR WORLD IN DATA, 2018).

A maioria dos economistas hoje parece, sim, se preocupar (ao menos, muitos tal preocupação) com as questões ambientais, mas optam por um caminho menos radical conhecido como “crescimento verde”. De acordo com Mandle et al (2019, p. 64), o conceito de crescimento verde é empregado na teoria econômica e na formulação de políticas como uma abordagem para alcançar o crescimento econômico de maneira ambientalmente sustentável. Ele parte do pressuposto de que, embora o crescimento econômico continue a ser uma meta primordial, é crucial dissociá-lo da exploração de recursos e dos impactos ambientais negativos. Portanto, o crescimento verde está intrinsecamente ligado aos princípios da economia verde, da redução de emissões de carbono e do desenvolvimento sustentável. Uma das principais impulsionadoras desse tipo de crescimento é a transição para sistemas de energia sustentável. Os proponentes das políticas de crescimento verde afirmam que, quando implementadas de maneira eficaz, tais políticas podem gerar oportunidades de emprego em setores como energias renováveis, agricultura sustentável e manejo florestal responsável.

Sendo assim, economistas que defendem o atual modelo de crescimento (ou crescimento verde) consideram a teoria do decrescimento como uma utopia e dizem que a sua adoção causaria desemprego generalizado, inadimplência hipotecária e fechamento de empresas. Dessa forma, todos seriam forçados a uma recessão permanente, que limitaria a pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de alcançar inovações tecnológicas verdes. (TOKIC, 2012, p. 52).

Outra crítica se dá no âmbito da política, de acordo com Van den Bergh (2011), não se pode esperar que o decrescimento conquiste muito apoio político e da sociedade civil, visto que, no limite, a teoria pretende superar o capitalismo, exaltando dessa forma afirmações e táticas revolucionárias, pouco palatáveis a sociedade em geral.

Por fim, como já apresentado acima, o desacoplamento faz uma crítica ao decrescimento, de modo que considera radical a adoção de uma recessão econômica para frear a crise climática e advoga por um crescimento sustentado do PIB, ao mesmo tempo em que reduz as emissões de CO₂. Warlenius (2023), assim como Van Den Bergh (2011), considera o decrescimento politicamente inviável e defende que as próprias metas climáticas seriam postas em risco caso adotadas as medidas do decrescimento.

3. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consistiu em uma revisão de literatura sobre o decrescimento, algumas abordagens críticas sobre a teoria e uma contextualização geral do atual cenário ecológico.

4. RESULTADOS

O presente artigo se trata de uma revisão de literatura, logo, ele se propõe a descrever e conceituar um tipo de teoria (o decrescimento); portanto, não é possível obter resultados empíricos como em um trabalho quantitativo de econometria por exemplo. A discussão e a conclusão foram exploradas nos tópicos “referencial teórico” e “conclusões”, respectivamente.

Todavia, pode-se dizer que o artigo tem como resultado servir como uma cuidadosa introdução crítica ao tema do decrescimento.

5. CONCLUSÕES

Como anunciado no resumo deste artigo introdutório sobre o decrescimento, o trabalho não tem como objetivo responder à pergunta sobre a viabilidade teórica do decrescimento quanto à sua implementação em nossos dias. Em vez disso, por meio da exploração do conceito de decrescimento, busca-se suscitar a seguinte questão: "Quais são os limites do crescimento verde e do capitalismo para mitigar as crises ecológicas e sociais atuais?"

Dada a atual contextualização dos fatos, foi possível constatar que a crise precisa de soluções efetivas e urgentes, pois não podemos, como humanidade, desperdiçar mais tempo analisando propostas apenas paliativas, que apenas “enxugam o gelo”. Para a manutenção da vida neste planeta, talvez se torne imprescindível a adoção de medidas radicais, que virem de ponta-cabeça a lógica econômica atual. Entretanto, todas as críticas bem elaboradas são oportunas e todas as variáveis devem ser analisadas cuidadosamente.

Dentre as críticas, algumas já estão sendo respondidas por teóricos do decrescimento, como é o caso de Latouche (2004), que (ainda de forma incipiente) busca responder a crítica sobre a questão do desenvolvimento nos países do sul global, principalmente aqueles ainda em desenvolvimento, que não realizaram o *catching up*. É preciso considerar que, na economia tradicional, o crescimento é fator imprescindível para a convergência da renda *per capita*. De acordo com o autor, “os países do Sul precisam escapar à sua dependência econômica e cultural do Norte e redescobrir as suas próprias histórias”. (LATOUCHE, 2004, p. 3, tradução nossa). No artigo, Latouche propõe uma desintoxicação ao modelo de crescimento tradicional, que cria uma dependência nos países ainda em desenvolvimento, segundo Latouche os países deveriam buscar a autossuficiência.

O imperialismo, a economia do crescimento e a globalização destruíram essa autossuficiência. e tornaram as sociedades africanas mais dependentes a cada dia. A água pode não ter saído da torneira no passado, mas a maior parte dela era potável até a chegada de resíduos industriais para poluí-la. (LATOUCHE, 2004, p. 3, tradução nossa).

Outro caso de resposta pode ser observado em Olk, Schneider e Hickel (2023), no artigo os autores propõem mesclar a teoria monetária moderna (TMM) e o decrescimento, para responder à pergunta do “como pagar pela transição para o decrescimento?”. Explorando a

ideia da TMM os autores chegam a conclusão de que talvez não seja necessário acabar com o sistema capitalista para transacionarmos a um modelo autossustentável, mas podemos transacionar para ele a partir do capitalismo, do ponto de vista da TMM teríamos o ferramental teórico necessários para pagar por isto.

Juntos, a MMT e o decrescimento podem libertar a nossa imaginação política dos mitos da dependência do crescimento perpétuo e das restrições financeiras à despesa pública em objetivos sociais e ecológicos. Claramente, a questão já não é se o Estado tem capacidades latentes extraordinárias, mas sim para quais objetivos essas capacidades devem ser orientadas. Uma transição para o decrescimento requer uma democratização abrangente da política monetária e fiscal. (OLK, SCHNEIDER E HICKEL, 2023, p. 8, tradução nossa).

No entanto, o tempo urge e medidas devem ser adotadas o quanto antes para tornar nosso modo de vida sustentável a longo prazo.

Vale dizer ainda que o decrescimento parece teoricamente compactuar com os princípios da ecologia integral e alternativas anticapitalistas da Economia de Francisco e Clara, que tem como base a encíclica “*Laudato Si*” e a exortação apostólica “*Evangelii Gaudium*” do Papa Francisco, escritas respectivamente em 2015 e 2013, os parágrafos a seguir dão a sustentação para ambos princípios:

Quando falamos de «meio ambiente», fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade. Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza. (LAUDATO SI’, 139).

Assim como o mandamento «não matar» põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer «não a uma economia da exclusão e da desigualdade social». Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o facto de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população veem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do «descartável», que aliás chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão,

mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, «sobras». (EVANGELII GAUDIM, 53).

Assim como o decrescimento vem ganhando espaço no debate ecológico, principalmente após ser mencionado no relatório do IPCC, novas formas de pensar a economia estão emergindo, impulsionadas pelos apelos do Papa Francisco em suas encíclicas e nos encontros promovidos em Roma, especialmente direcionados à juventude.

Tal materialidade sobre as questões ambientais também podem ser encontradas atualmente nos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” da Organização da Nações Unidas (ONU): vários dos objetivos versam sobre o tema da sustentabilidade, entretanto, o objetivo 13, “Ação contra a mudança global do clima”, versa especificamente sobre o combate as mudanças climáticas e se propõe a mobilizar fundos de investimento verde, integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais, dentre outras atividades que institucionalizem o combate as mudanças climáticas nas ações governamentais e na consciência da população mundial. (ONU, 2024).

Por fim, é importante ressaltar que o decrescimento ainda precisa comprovar a sua validade como teoria e responder de forma abrangente às críticas recebidas do *mainstream* econômico, a fim de demonstrar sua viabilidade se quiser perder o status de “utopia” para alguns.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I.. **A atualidade de Marx para o debate ambiental**. Em: V Colóquio Marx e Engels, 2007, Campinas - SP. V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas - SP: UNICAMP, 2007.

DUVANGER, Timothée. **La décroissance: histoire d’une idée**. Encyclopédie d'histoire numérique de l'Europe, 2020. Disponível em: <https://ehne.fr/fr/node/12253>. Acessado em: 06/03/2024.

EASTWOOD, Lauren; Kai, HERON. **De Gruyter Handbook of Degrowth**. Berlin: Walter de Gruyter. 2024.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **La décroissance - Entropie, écologie, économie**. Paris: Sang de la terre, 1995[1979].

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge – MA: Harvard University Press, 1981[1971].

HERRINGTON, Gaya. **The Planet Can’t Sustain Rapid Growth Much Longer**. Wired, 2023. Disponível em: <https://www.wired.com/story/gaya-herrington-avoiding-global-collapse/>. Acessado em: 06/03/2024.

HICKEL, Jason. **Less is More: how degrowth will save the world**. Londres: Editora William Heinemann, 2020.

IPCC. **Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/>. Acessado em: 06/03/2024.

KEYBER, L.T., LENZEN, M. **1.5 °C degrowth scenarios suggest the need for new mitigation pathways**. Nature communications, 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-021-22884-9>. Acessado em: 06/03/2024.

LEONARDI, Emanuele. **Lien valeur-nature dans la pensée d'André Gorz**. Open Edition Journal, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/variations/1211>. Acessado em: 06/03/2024.

MANDLE, Lisa et al. **Green Growth That Works: Natural Capital Policy and Finance Mechanisms Around the World**. Londres: Island Press. 2019.

MANKIW, Gregory. **Introdução a Economia**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MASSON-DELMOTTE et al. **Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty**. IPCC, 2018. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Full_Report_High_Res.pdf. Acessado em: 06/03/2024.

MEADOWNS, Donella; MEADOWNS, Dennis et al. **The Limits to growth**. Washington DC: Potomac Associates Books, 1972.

Nações Unidas Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. ONU, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acessado em: 06/03/2024.

NATURE. **Another Whiff of Doomsday**. Nature Publishing Group, Berlim, 236, 47–49, mar, 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/236047a0>. Acessado em: 06/03/2024.

OLK, C; SCHNEIDER, C; HICKEL, J. **How to pay for saving the world: Modern Monetary Theory for a degrowth transition**, Ecological Economics, Vol. 214, p. 1-12, dez, 2023. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800923002318?ssrid=4172005&dgcid=SSRN_redirect_SD#s0085. Acessado em: 06/03/2024.

OUR WORLD IN DATA. **Child mortality rate vs. GDP per capita**, 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/child-mortality-gdp-per-capita>. Acessado em: 03/06/2024.

OUR WORLD IN DATA. **Life expectancy vs. GDP per capita**, 2018. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/life-expectancy-vs-gdp-per-capita>. Acessado em: 03/06/2024.

PAPA FRANCISCO. **Carta encíclica Laudato si: sobre o cuidado da casa comum**. Vatican, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acessado em: 17/02/2024.

PAPA FRANCISCO. **Exportação apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do evangelho no mundo atual**. Vatican, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papafrancesco_e

[sortazioneap_20131124_evangeliiigaudium.html#N%C3%A3o_a_uma_economia_da_exclus%C3%A3o](#). Acessado em: 17/02/2024.

PARRIQUE, T et al. **Spangenberg Decoupling debunked: evidence and arguments against green growth as a sole strategy for sustainability**. European Environmental Bureau, 2019. Disponível em: <https://eeb.org/library/decoupling-debunked/>. Acessado em: 06/03/2024.

PARRIQUE, Timothée. **Degrowth in the IPCC AR6 WGIII**. Timothée Parrique, 2022. Disponível em: <https://timotheeparrique.com/degrowth-in-the-ipcc-ar6-wgiii/>. Acessado em: 06/03/2024.

PARRIQUE, Timothée. **Degrowth**. In: WALLENHORTS, N; WULF, C. **Handbook of the Anthropocene: Humans between Heritage and Future**. Suíça: Springer, 2023. p. 1113 – 1119.

RESNICK, R; HALLIDAY, D; WALKER, J. **FUNDAMENTOS DE FISICA: GRAVITAÇÃO, ONDAS E TERMODINÂMICA**. 8. ed. LTC Editora, Rio de Janeiro, 2009.

TOKIC, Damir. **The economic and financial dimensions of degrowth**. Ecological Economics. Vol. 84, p. 49-56, dez, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800912003734>. Acessado em: 03/06/2024.

VAN DEN BERGH, Jeroen. **Environment versus growth — A criticism of “degrowth” and a plea for “a-growth”**, Ecological Economics, vol. 70, p. 881-890, mar, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800910004209?via%3Dihub>. Acessado em: 06/03/2024

WARLENIUS, Rikard. **The limits to degrowth: Economic and climatic consequences of pessimist assumptions on decoupling**, Ecological Economics, Vol. 213, p. 1-9, nov, 2023. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800923002008#s0055>. Acessado em: 06/03/2024.

WORLD BANK GROUP. **Data Bank World Development Indicators**. The World Bank, 2020. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=EN.ATM.CO2E.PC&country>. Acessado em: 03/06/2024.

